

Produção científica brasileira sobre álcool e outras drogas: um estudo bibliométrico

Gustavo Luís Caribé Cerqueira¹

¹ Psicólogo especialista em Dependência Química e em Atenção Integral aos Usuários de Substâncias Psicoativas. Professor da Faculdade Maurício de Nassau nos cursos de Fisioterapia e Psicologia, além do Centro Regional de Referência do CETAD/UFBA, Brasil. E-mail: gustavocaribe@yahoo.com.br

RESUMO: Trata-se de um estudo bibliométrico que visou quantificar e descrever as características da produção científica em álcool e outras drogas nas universidades brasileiras no período de 2003 a 2012. O estudo compreendeu a busca de resumos de teses de doutorado e dissertações de mestrado depositadas no Banco de teses da Capes. Através da aplicação de métodos matemáticos e estatísticos sobre as fontes bibliográficas foram analisados um total de 350 resumos de teses e 739 resumos de dissertações. Todas as referências encontradas foram sistematizadas em planilha do software *Statiscal Package Social Science*, versão 15.0 de acordo com as seguintes variáveis: tipo de estudo (mestrado ou doutorado), ano de publicação, área de conhecimento, região geográfica e instituição de ensino superior. O presente estudo evidenciou que a maior parte da produção científica sobre a temática de álcool e outras drogas, desenvolvida no período investigado, se deu no formato de dissertações, com maior concentração de estudos na região sudeste, tradicional pólo de pesquisa científica em diversas áreas. Novas investigações são importantes no sentido de aprofundar a análise das produções acadêmicas coletadas para além dos resumos, contribuindo para uma verificação mais detalhada do perfil das pesquisas, em caráter de dissertação e tese, desenvolvidas no país.

Palavras-chave: bibliometria; produções acadêmicas; álcool e outras drogas

Brazilian scientific literature on alcohol and other drugs: a bibliometric study

ABSTRACT: It is a bibliometric study that aimed to quantify and describe the characteristics of scientific literature on alcohol and other drugs in Brazilian universities from 2003 to 2012. The study involved the pursuit of doctoral dissertation abstracts and master's theses deposited in the Bank CAPES theses. By applying mathematical and statistical methods on literature sources were analyzed a total of 350 abstracts of theses and dissertations of 739 abstracts. All references found were systematized in software spreadsheet *Statiscal Package Social Science (SPSS)* version 15.0 according to the following variables: type of study (Masters or PhD), publication year, area of expertise, geographic region and educational institution higher. This study showed that most of the scientific literature on the topic of alcohol and other drugs developed in the investigated period occurred in the dissertations format, with the highest concentration of studies in the Southeast, traditional focal point of scientific research in various fields. Further investigations are important to deepen the analysis of academic productions collected in addition to the summaries, contributing to a more detailed verification of the research profile, dissertation and thesis character, developed in the country.

Keywords: bibliometrics ; academic research; alcohol and other drugs

1 INTRODUÇÃO

Discutir o fenômeno do abuso de álcool e outras drogas é algo complexo que exige a atenção das esferas socioculturais, farmacológicas, psicológicas dentre outras. Neste sentido, a compreensão da ação da droga deve ultrapassar seus efeitos farmacológicos e estenderem-se às suas representações sociais, psicológicas e na forma de como se dá esse uso, o contexto envolvido e suas significações. Consta-se que apesar de uma política global de “guerra às drogas” que vem sendo implementada desde a segunda década do século XX, os problemas relacionados ao uso de psicoativos ilícitos só têm aumentado ([MACRAE, 2001](#)), reforçando a necessidade de reflexão sobre tema tão complexo em seus aspectos socioculturais, psicológicos, farmacológicos e outros.

A problemática que remete ao uso de substâncias psicoativas está relacionada ao uso das substâncias ilegais e do abuso das substâncias lícitas. No entanto, pesquisadores como [Vargas \(2006\)](#) e [Macrae \(1997\)](#), afirmam que nem todo uso de álcool ou de outra droga constitui necessariamente um problema de saúde ([VARGAS, 2006](#)). Já o abuso caracteriza-se como um problema com o qual a sociedade ainda não sabe lidar. Exemplo disso é o consumo de álcool quando associado à condução de veículos automotores resultando em acidentes de trânsito ([OLIVEIRA; MELCOP, 2001](#)) e o consumo do tabaco com danos já comprovados à saúde ([WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2011](#)), além dos altos custos ocasionados ao Sistema de Saúde ([BRASIL, 2011](#)).

No que se refere ao modo como, historicamente, a sociedade vem se relacionando com estas substâncias observa-se uma ati-

tude repressiva que remonta a séculos passados. Autores como [Macrae \(1997\)](#), [Escotado \(1998\)](#), [Carneiro \(2005\)](#) e [Valença \(2010\)](#) apresentam diversos estudos que apontam que na Europa, no período dos séculos XIV à XVII, curadores tradicionais foram perseguidos pelas Santas Inquisições, acusados de realizarem práticas profanas de cura utilizando psicoativos com propriedades alucinógenas. Apesar dos diferentes contextos, esse tipo de atitude adquiriu uma proporção mundial e ainda se manifesta no século XXI com a estigmatização do usuário e o preconceito, permeando um imaginário social pejorativo, tanto com a substância quanto com quem faz uso da mesma.

No âmbito das sociedades modernas medidas repressivas são expressas através das políticas de repressão às drogas. Segundo [Bastos \(1993 apud MACHADO, 2006\)](#) a questão do uso abusivo de drogas foi pensada pelos formuladores de políticas sociais e de saúde em quase todas as sociedades, no imediatismo dos preconceitos, sem uma análise profunda do fenômeno.

Ao longo da última metade do século XX o debate sobre a temática das substâncias psicoativas vem ganhando maior repercussão no mundo, principalmente em se tratando de drogas consideradas ilícitas.

Quando se discute a questão de drogas e os posicionamentos políticos para o enfrentamento das questões relacionadas ao consumo e abuso destas substâncias sejam lícitas ou ilícitas, estratégias como o proibicionismo ([PEREIRA, 2009](#)) e a abordagem de redução de danos são os principais mecanismos utilizados para lidar com esta questão ([BERRIDGE, 1993](#); [REALE, 1997](#); [BASTOS, 1998](#); [FONSECA, 2005](#)). O Brasil adotou a estratégia de redução e danos desde as

primeiras iniciativas, em 1989 na cidade de Santos ([MESQUITA; RIBEIRO, 1998](#); [BUENO, 1998 apud SANTOS; SOARES; CAMPOS, 2010](#)), desde então tem implantado enquanto política tais estratégias normatizadas na portaria nº 1.059/GM de 4 de julho de 2005 ([BRASIL, 2010](#)). Enquanto as políticas proibicionistas estão voltadas para a redução da oferta e da demanda de drogas, com intervenções de repressão e criminalização da produção, tráfico, porte e consumo de drogas ilícitas, as políticas e programas de redução de danos têm disseminado intervenções orientadas para a minimização dos danos à saúde, sociais e econômicos relacionados ao consumo de álcool e outras drogas sem necessariamente coibi-lo ([OLIVEIRA; PAIVA; VALENTE, 2006](#)).

No Brasil, a política de drogas se confunde com a Lei nº 6.368/76, elaborada durante a ditadura militar de 1964. Tal política posta em prática naquele momento reverbera-se até os dias atuais onde há a individualização do problema – reconhecendo o usuário como vilão – e desresponsabilizando o modelo socioeconômico pelos danos decorrentes das relações que a sociedade mantém com as drogas. Nesse contexto, buscou-se a convocação da sociedade na luta contra as drogas, compreendendo o usuário de drogas como doente e/ou como criminoso ([FIORE, 2005 apud MACHADO, 2006](#)).

As primeiras intervenções voltadas para o tratamento de usuários de substâncias psicoativas surgiram no campo da justiça penal e não no âmbito da Saúde Pública ([BOITEUX; RIBEIRO, 2010](#)). A manutenção da ordem social e a preservação das condições de saúde e de segurança da população brasileira serviram como justificativas para o estabelecimento de medidas de controle do uso de álcool e outras drogas ([MACHADO,](#)

[2006](#)). Através do discurso normativo da lei, a criação de serviços especializados para a atenção ao uso prejudicial e dependência de drogas se caracterizou por apresentar uma importância secundária às ações de saúde quando na verdade o real interesse era a repressão da oferta/demanda de drogas ([MACHADO, 2006](#)).

Na década de 1970 a concepção de combate às drogas passou a ser reformulada, já que esta se restringia ao campo da segurança pública, contrastando com a concepção do problema do uso abusivo de substâncias psicoativas, que a situa no âmbito da saúde pública. Nesta última, tanto as drogas lícitas quanto às ilícitas são tidas como uma ameaça não à ordem social, mas sim à saúde da população no sentido amplo, visando em particular os danos associados ao uso de tais substâncias ([BUCHER; OLIVEIRA, 1994](#)). Analisando de outra forma o “fenômeno das drogas” tem oportunizado o questionamento das leis e a implementação de políticas voltadas para a assistência, prevenção ([BOITEUX et al, 2009](#)).

Em 1980, foi criado o Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN), suas principais funções foram definidas no decreto 85.110, de 2 de setembro do referente ano ([MACHADO; MIRANDA, 2007](#)). Embora este tenha se detido as atividades de repressão à produção, tráfico e consumo de drogas, há relevância de algumas iniciativas do órgão para o desenvolvimento de práticas de atenção ao consumo de álcool e outras drogas no cenário brasileiro ([OLIVEIRA, 2009](#)). Ainda estes autores salientam a criação dos Centros de Referência na década de 1980, em sua grande maioria vinculados a universidades públicas. Tais Centros voltavam-se não só para o desenvolvimento de ações de prevenção, assistência e redução de danos

ao uso abusivo de álcool e outras drogas, como também para a formação de profissionais qualificados para a atenção ao usuário de substâncias psicoativas e realização de estudos e pesquisas sobre a temática.

Os Centros de Referência surgiram em diferentes regiões do Brasil, no início da década de 1980 a exemplo do Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes (PROAD) do Departamento de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); o Centro de Orientação sobre Drogas e Atendimento a Toxicômanos (CORDATO) da Universidade de Brasília (UnB); o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas (NEPAD) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); o Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD) da Universidade Federal da Bahia (UFBA); e o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) do Departamento de Psicobiologia da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) ([MACHADO; MIRANDA, 2007](#)).

Em 1998 ocorreu a extinção do CONFEN e consequentemente a sua transformação em Conselho Nacional Antidrogas (CONAD), Por meio do decreto 2.362, de 19 de junho de 1998 – substituído pelo decreto 3.696, de 21 de dezembro de 2000 – o presidente Fernando Henrique Cardoso instituiu o Sistema Nacional Antidrogas (SISNAD), composto pela Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) e pelo Conselho Nacional Antidrogas (CONAD). Essa reformulação institucional foi anunciada na Sessão Especial da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), dedicada ao enfrentamento do problema mundial das drogas, realizada em junho de 1998 ([MACHADO; MIRANDA, 2007](#)) tais mudanças possibilitaram o apro-

veitamento da estrutura organizacional da política de drogas resultando na criação, posteriormente, da Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), que, a partir do Governo Lula, passou a se chamar Secretaria Nacional de Política Pública Sobre Drogas, tendo como propósitos:

A realização de um diagnóstico situacional, sobre o consumo de drogas, seu impacto nos diversos domínios da vida da população e as alternativas existentes. Este diagnóstico vem se consolidando, por meio de estudos e pesquisas de abrangência nacional, na população geral e naquelas específicas que vivem sob maior vulnerabilidade para o consumo e o tráfico de drogas. A capacitação dos atores sociais que trabalham diretamente com o tema drogas, e também de multiplicadores de informações de prevenção, tratamento e reinserção social. A implantação de projetos estratégicos de alcance nacional que ampliam o acesso da população às informações, ao conhecimento e aos recursos existentes na comunidade. Também no cenário internacional, o Brasil além de participar dos principais fóruns de discussão sobre o tema vem fomentando a cooperação por meio de acordos com organismos internacionais e com países das Américas, Europa e África. ([BRASIL, 2013, p. 223](#))

No decorrer dos anos 2000, diversas iniciativas se seguiram em direção à compreensão do fenômeno do uso/abuso de substâncias psicoativas para além do caráter repressivo e punitivo e ao fortalecimento de políticas direcionadas às implicações desse uso na saúde da população dentre as quais destacam-se a Política Nacional de Saúde Mental ([BRASIL, 2001](#)), que estendeu os direitos das pessoas portadoras de transtor-

nos mentais aos usuários de álcool e outras drogas; a Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas; a Lei nº 10.216/2002 que está em consonância com os pressupostos e propostas da Organização Mundial da Saúde ([SOUZA; KANTORSKI, 2007](#)) e a nova Política Nacional sobre Drogas – PNAD (2005) que definiu como seus objetivos a busca incessante de atingir o ideal de construção de uma sociedade protegida do uso de drogas ilícitas e do uso indevido de drogas lícitas, reconhecendo as diferenças entre o usuário, a pessoa em uso indevido, o dependente e o traficante de drogas, tratando-os de maneira diferenciada, de forma igualitária e sem discriminação.

Em seu estudo sobre o processo de construção da política de saúde do Brasil para usuários de álcool e outras drogas, [Machado \(2006\)](#) aponta que a escassez de informações a respeito dos problemas associados ao consumo de álcool e outras drogas no Brasil dificultava uma avaliação sobre a necessidade de estabelecimento de medidas de controle. Considerando a necessidade de informações e evidências científicas para embasar a formulação e implementação de Políticas sobre drogas no País, a Secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SENAD) desencadeou, a partir da década de 2000 uma série de incentivos à produção de trabalhos acadêmicos que investigassem o consumo de substância psicoativa e suas articulações com os aspectos de natureza psicossocial, financeira, jurídica, biológica, entre outros. Tais incentivos eram disponíveis através de bolsas de pesquisas, concursos de monografias sobre a temática além de concursos de fotografia, jingle e curtas-metragens ([BRASIL, 2009](#)).

Em 2006 a SENAD implementou o projeto Rede de Pesquisa sobre Drogas, cujo objetivo era o estabelecimento de um plano de formação de técnicos através da concessão de bolsas de mestrado e doutorado para alunos que desenvolvessem projetos de interesse da Política Nacional sobre Drogas - PNAD sobre a temática “álcool e outras drogas”, tal iniciativa visava também fomentar a formação de recursos humanos em pesquisa na área de drogas ([BRASIL, 2005](#)).

Apesar das iniciativas desencadeadas, pouco ainda se sabe sobre a produção específica na temática de álcool e outras drogas no Brasil, tornando-se necessário o desenvolvimento de investigações nessa perspectiva e entendendo que, estudos nessa direção podem contribuir para a caracterização do estado da arte em relação à temática bem como a identificação de lacunas/áreas que carecem de novas investigações ou aprofundamento. Nesse sentido, o presente trabalho teve como objetivo caracterizar a produção científica brasileira sobre a temática de álcool e outras drogas no âmbito da pós-graduação *Stricto sensu*, no período de 2003 a 2012.

2 METODOLOGIA

2.1 Desenho de estudo

Trata-se de um estudo bibliométrico que visa quantificar e descrever características da produção científica em uma determinada área do conhecimento através da aplicação de métodos matemáticos e estatísticos sobre as fontes bibliográficas ([CARVALHO, 2010](#), [ARAÚJO; ALVARENGA, 2011](#)). Para tanto foi realizado um levantamento da produção científica gerada em caráter de

pós-graduação *Stricto Sensu*, investigando resumos de teses de doutoramento e dissertações de mestrado disponíveis no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e produzidas no período de 2003 a 2012.

2.2 Procedimentos de coleta de dados

O estudo compreendeu a busca de resumos de teses de doutorado e dissertações de mestrado depositadas no Banco de teses da Capes, que foram publicados no período de 2003 a 2012. A escolha deste intervalo de tempo deu-se em função das presenças de políticas públicas (SENAD) indutoras da produção científica nessa área, desencadeadas a partir dos anos 2000, caracterizadas pelo investimento em programas de incentivo para produção de teses e dissertações acerca do tema álcool e outras drogas.

O processo de busca ocorreu no período de maio a julho de 2013, sendo acessado o sítio virtual <<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>> e consultado o DeCS – Descritores em Ciências da Saúde, para identificar os descritores mais adequados a serem utilizados. Foram encontrados os seguintes descritores: cannabis, marijuana, drogas, entorpecentes, cocaína, uso de álcool, uso de tabaco e crack.

Para selecionar as teses e dissertações que participaram do estudo, foram definidos os seguintes critérios: a) inclusão: estudos que problematizaram aspectos relacionados ao uso/abuso de substâncias psicoativas em suas mais variadas esferas: jurídicas, sócio-históricas, econômicas, farmacológicas, antropológicas, biológicas, psicológicas e políticas; b) exclusão: em caso da re-

ferência se deter a drogas que não contemplam a condição de psicoativos (psicotrópicos), além do período de defesa da tese e/ou dissertação.

2.5 Processamento e análise dos dados

A busca sistemática resultou em um total de 350 resumos de teses e 739 resumos de dissertações. Todas as referências encontradas foram sistematizadas em planilha do software *Statistical Package Social Science* (SPSS), versão 15.0 de acordo com as seguintes variáveis: tipo de estudo (mestrado ou doutorado), ano de publicação, área de conhecimento, região geográfica, instituição de ensino superior.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Brasil, nos últimos nove anos, tem investido em pesquisas na área de álcool e outras drogas através de financiamentos de teses e dissertações, além, de projetos governamentais de intervenção nesta área (BRASIL, 2009). Neste sentido, no período de 2003 a 2012 67,9% da produção acadêmica nesta temática se deu sob o formato de dissertações e 32,1% de teses (Tabela 1) que, segundo Araújo e Alvarenga (2011) tem sido as principais modalidades de produto de pesquisa nesta área no Brasil.

TABELA 1 - Categoria das produções acadêmicas de 2003 à 2012

Produção acadêmica	N	%
Dissertações	739	67,9
Teses	350	32,1
Total	1.089	100

Fonte: Portal de periódicos CAPES, 2013.

Numa análise temporal das produções acadêmicas (Tabela 2), observou-se crescimento do número de publicações durante a

década de 2000. Alguns fatores podem ter contribuído para o interesse crescente no desenvolvimento de pesquisas em torno desta temática, sobretudo iniciativas que buscaram problematizar a questão do uso/abuso de substâncias psicoativas sob uma perspectiva mais ampliada, seja no âmbito de eventos, seminários, conferências, seja na esfera da formulação de políticas públicas, cuja implementação gerou um conjunto de experiências em serviços passíveis de investigação científica.

TABELA 2 - Número e proporção de teses e dissertações produzidos na área temática de álcool e outras drogas no período de 2003 a 2012

Ano de publicação	Dissertação		Tese	
	n	%	n	%
2003	55	7,4	18	5,1
2004	53	7,1	33	10
2005	74	10	31	9
2006	72	9,7	42	12
2007	68	9,2	37	10
2008	71	9,6	40	11
2009	73	9,8	48	14
2010	104	14	36	10
2011	88	12	51	14
2012	81	11	14	4
Total	739	100	350	100

Fonte: Portal de periódicos CAPES, 2013.

Assim, são exemplos de eventos que colocaram em pauta a discussão ampliada sobre essa temática: a realização dos I e II Seminário Nacional Antidrogas, em 2000 e 2001 respectivamente e a III Conferência Nacional de Saúde Mental em 2001 na qual foram feitas recomendações para a elaboração de planos municipais de saúde que contemplassem propostas de atenção aos usuários de álcool e outra drogas, com ações intersetoriais (BRASIL, 2001). Considerando a formulação de políticas públicas voltadas para essa temática destacam-se: a Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas (BRASIL, 2003) que criou dispositi-

vos para assegurar a assistência aos usuários de álcool e outras drogas no âmbito do Sistema Único de Saúde e a nova Política Nacional sobre Drogas (BRASIL, 2003) na qual se reconhecem as diferenças entre o usuário, a pessoa em uso indevido, o dependente e o traficante de drogas, tratando-os de maneira diferenciada, de forma igualitária e sem discriminação.

É justamente nessa atmosfera que ocorrem as grandes mudanças estruturais, principalmente no discurso, re-significado quanto a perspectiva do ideal de uma "sociedade livre de drogas" dando lugar ao ideal mais centrado e realista de uma sociedade protegida do uso de drogas ilícitas e do uso indevido de drogas lícitas (OLIVEIRA; PAIVA; VALENTE, 2006, p. 476)

Como elemento indutor do crescimento da produção acadêmica, sobretudo no período de 2006 a 2010, destaca-se o lançamento em 2006 da Rede de Pesquisa sobre Drogas, uma iniciativa da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD/MJ), com o objetivo de promover a formação de recursos humanos em pesquisa na área temática de álcool e outras drogas por meio de concessão de bolsas de mestrado e doutorado para alunos de instituições de ensino superior reconhecidas pela CAPES oriundas de todas as regiões do país (BRASIL, 2009).

No que diz respeito à produção acadêmica por região geográfica (Tabela 3), observou-se que as regiões brasileiras que mais produziram nos últimos dez anos foram a região Sudeste com 59,3% das teses e/ou dissertações, seguida da região Sul (15%) e da região Nordeste (11,5%).

TABELA 3 - Número e proporção de teses e dissertações produzidas na área temática de álcool e outras drogas, segundo região geográfica, 2003 a 2012

Região	Produção acadêmica	
	n	%
Sudeste	647	59,3
Sul	164	15
Nordeste	125	11,5
Centro-oeste	64	6
Norte	6	0,6
Não identificada	83	7,6

Fonte: Portal de periódicos CAPES, 2013.

Com relação às Instituições de Ensino Superior cadastradas na CAPES que mais produziram no período ([Tabela 4](#)), destacam-se a Universidade de São Paulo – USP (15,3%), seguida pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP (8%) e pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho- UNESP (4,4%). Considerando também a produção das Universidades Federal e Estadual do Rio de Janeiro (4,3% e 4,0%), a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP (3,8%) e a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (3,2%) observa-se que o principal pólo de produção acadêmica nesta área é a região Sudeste. Dentre as Instituições de Ensino Superior fora da região Sudeste destaca-se a Universidade Federal da Bahia (3,1%), com a maior produção da região Nordeste.

TABELA 4 - Número e proporção de teses e dissertações produzidos na área temática de álcool e outras drogas, segundo Instituição de Ensino Superior (IES) de origem, 2003 a 2012

IES	Produção acadêmica	
	n	%
USP	167	15,3
UNIFESP	87	8,0
UNESP	48	4,4
UERJ	47	4,3
UFRJ	44	4,0
PUC SP	41	3,8
UFMG	35	3,2
UFBA	34	3,1
PUC RS	34	3,1
UNICAMP	28	2,6
UnB	26	2,4
FIOCRUZ	25	2,3

UFC	24	2,2
UFCS e UFF	20	1,8
UFES	16	1,5
UFPE	15	1,4
UFPR e UEM	14	1,3
UFPB e UEL	11	1,0
UFSCAR e UMESP	10	0,9
UNISINOS, UFG e PUC RJ	09	0,8
Demais IES abaixo de nove produções nos últimos 12 anos	387	35
Dado indisponível	01	0,1
Total	1089	100

Fonte: Portal de periódicos CAPES, 2013.

No que diz respeito ao financiamento ([Tabela 5](#)), observa-se que aproximadamente a metade do total de teses e dissertações produzidas no período (48%) foram financiadas, evidenciando que ainda são necessários investimentos para a produção de pesquisa nesta área.

TABELA 5 - Número e proporção de teses e dissertações produzidos na área temática de álcool e outras drogas, segundo financiamento, 2003 a 2012

Categorias	Produção acadêmica	
	n	%
Pesquisas financiadas	523	48
Pesquisas não financiadas	566	52
Total	1089	100

Fonte: Portal de periódicos CAPES, 2013.

Conforme evidenciado na [Tabela 6](#), as áreas de conhecimento que apresentaram maior número de teses e dissertações produzidas nos últimos nove anos, foram as áreas de Ciências Humanas (34,6%), Ciências da Saúde (33,4%) e Ciências Sociais Aplicadas (8,9%) Importante salientar que em 15% dos resumos esta informação não estava disponível.

TABELA 6 - Produção acadêmica na área temática de álcool e outras drogas por área de conhecimento, 2003 a 2012

Área de conhecimento	n	%
Química	07	0,7
Ciências biológicas	67	6,2
Ciências da saúde	357	32,7
Ciências agrárias	01	0,1
Ciências sociais aplicadas	97	8,9
Ciências humanas	373	34,5

Linguística, letras e artes	05	0,5
Multidisciplinar	15	1,4
Dado indisponível	167	15
Total	1089	100

Fonte: Portal de periódicos CAPES, 2013.

No âmbito das Ciências da Saúde ([Tabela 7](#)), a maior produção se destacou nas subáreas de Saúde Coletiva, Medicina e Enfermagem, respectivamente 35,6%, 24,6% e 23% do total de publicações. Na Saúde Coletiva foram encontrados 127 estudos sendo 17 em Epidemiologia, 29 em Saúde Pública e 6 em Medicina Preventiva, conforme a classificação da CAPES. Em Enfermagem foram encontrados 82 estudos e em Medicina encontrou-se 88 estudos com destaque para a subárea de Psiquiatria, com 50 estudos.

Tabela 7 - Produção acadêmica na área temática de álcool e outras drogas por área de conhecimento, 2003 a 2012: Ciências da Saúde

	n	%
Ciências da saúde (sub-área não especificada)	41	11,4
Medicina	88	24,6
Nutrição	2	0,5
Odontologia	7	1,9
Farmácia	5	1,5
Enfermagem	82	23
Saúde Coletiva	127	35,6
Fonoaudiologia	4	1,2
Fisioterapia e Terapia Ocupacional	1	0,3
Total	357	100

Fonte: Portal de periódicos CAPES, 2013.

Com referência às Ciências Humanas, a Psicologia apresentou maior produção com 219 estudos. Em seguida a Educação com 65 estudos e a Antropologia com 30 estudos encontrados. Na Psicologia destacaram-se as sub-áreas de Psicologia Social com 39 estudos encontrados e Tratamento e prevenção psicológica com 27 estudos ([Tabela 8](#)). A Antropologia apresentou um número expressivo de estudos e tem sido considerada uma área de grande importância no

auxílio da compreensão do fenômeno no âmbito das diferentes culturas, diferentes tipos de uso, desmistificando e diminuindo preconceitos. Neste sentido, salienta [Maccrae \(2001\)](#), atualmente é comum se dizer que uma abordagem exclusivamente farmacológica da questão da droga não é suficiente, e que os efeitos tanto individuais e subjetivos, quanto os sociais do uso de substâncias psicoativas só podem ser entendidos a partir de uma perspectiva biopsicossocial.

Tabela 8 - Produção acadêmica na área temática de álcool e outras drogas por área de conhecimento, 2003 a 2012: Ciências Humanas

	n	%
Ciências Humanas (sub-área não especificada)	8	2,2
Sociologia	22	5,9
Antropologia	30	8,0
História	8	2,2
Geografia	8	2,2
Psicologia	219	59
Educação	65	17
Ciência Política	13	3,5
Total	373	100

Fonte: Portal de periódicos CAPES, 2013.

Nas Ciências Sociais Aplicadas a maior quantidade de estudos encontrados foram referentes ao Direito com 35 estudos e Serviço Social com 31 produções acadêmicas identificadas ([Tabela 9](#)).

Tabela 9 - Produção acadêmica na área temática de álcool e outras drogas por área de conhecimento, 2003 a 2012: Ciências Sociais Aplicadas

	n	%
Ciências Sociais Aplicadas (subárea não especificada)	12	12,3
Direito	35	36
Economia	9	9,2
Planejamento Urbano e Regional	2	2,0
Mortalidade	1	1,0
Comunicação	7	7,5
Serviço Social	31	32
Total	97	100

Fonte: Portal de periódicos CAPES, 2013.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que a maior parte da produção científica sobre a temática de álcool e outras drogas desenvolvida no período investigado se deu no formato de dissertações, com maior concentração de estudos na região sudeste, tradicional pólo de pesquisa científica em diversas áreas. O período de intensificação das pesquisas coincide com o aprofundamento das discussões sobre a temática e com o estabelecimento de articulações e parcerias interinstitucionais, sobretudo entre governo e Instituições de Ensino Superior no sentido de induzir pesquisas sobre as políticas e experiências implementadas. As áreas de Ciências Humanas e da Saúde lideraram a produção nessa temática, com destaque para os estudos antropológicos, epidemiológicos, análise de políticas públicas, e estudos em psiquiatria. Observou-se também que ainda são necessários investimentos para a produção de pesquisa nesta área.

Novas investigações são importantes no sentido de aprofundar a análise das produções acadêmicas coletadas para além dos resumos, contribuindo para uma verificação mais detalhada do perfil das pesquisas, em caráter de dissertação e tese, desenvolvias no país.

Recomenda-se desenvolvimento de novos estudos bibliométricos na área de álcool e outras drogas que permitam a análise das produções como um todo, e a seleção de maior número de variáveis a serem examinadas contribuindo para a verificação da qualidade das produções científicas na área de álcool e outras drogas e seus desdobramentos no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, R. F.; ALVARENGA, L. A bibliometria na pesquisa científica da pós-graduação brasileira de 1987 a 2007. **Rev. Eletr. Bibliotecon. e Ci. Inf.**, Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 51-70, 2011.
- BASTOS, F. I. Por uma economia simbólica das trocas... de seringas. In: BASTOS, F. I.; MESQUITA, F.; MARQUES, L. F. (Org.). **Troca de seringas: ciência, debate e saúde pública**. Brasília: Ministério da Saúde, 1998. p. 91-100.
- BERRIDGE, V. Harm minimisation and public health: an historical perspective. In: **Psychoactive drugs and harm reduction: From faith to science**. London: Whurr, 1993. p. 55-64.
- BOITEUX, L.; RIBEIRO, M. de M. Justiça terapêutica: redução de danos ou proibicionismo dissimulado? In: SEIBEL, S. D. (Ed.). **Dependência de drogas**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2010. p. 1113-1122.
- BOITEUX, L. *et al.* **Sumário Executivo Relatório de Pesquisa "Tráfico de Drogas e Constituição"**. Rio de Janeiro/Brasília. 2009.
- BUCHER, R.; OLIVEIRA, S. R. M. O discurso do "combate às drogas" e suas ideologias. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 28, p. 137-45, 1994.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **III Conferência Nacional de Saúde Mental: Caderno Informativo**. Secretaria de Assistência à Saúde, Conselho Nacional de Saúde. Brasília Ministério da Saúde, 2001.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação Nacional de DST/Aids. **A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Coordenação Nacional de

DST e Aids. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

_____. **Política Nacional sobre Drogas.** Brasília: Presidência da República, Secretaria Nacional Antidrogas, 2005.

_____. **Ministério da Justiça:** Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2009. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Legislação em Saúde Mental – 2004 a 2010.** Edição XII Colegiado de Coordenadores de Saúde Mental. 257 p. Brasília, Ministério da Saúde. 2010.

_____. **Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010.** Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack. Seção 1, p. 43, maio, 2010. Diário Oficial da União.

_____. Ministério da Justiça. **Livreto Informativo sobre Drogas Psicotrópicas.** Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas - Departamento de Psicobiologia da UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo), 5. ed. Brasília/DF, 2011.

_____. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **A situação do tabagismo no Brasil:** dados dos inquéritos do Sistema Internacional de Vigilância, da Organização Mundial da Saúde, realizados no Brasil, entre 2002 e 2009. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Rio de Janeiro: Inca, 2011.

_____. **Prevenção do uso de drogas:** capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. 5. ed. Brasília: SENAD, 2013.

CARNEIRO, H. Transformações do significado da palavra “droga”: das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo: In. **Álcool e drogas na história do Brasil.** São Paulo: Alameda, 2005.

CARVALHO, J. A. **A produção bibliográfica sobre o Programa Saúde da Família no Brasil:** análise bibliométrica do período 1994-2009. Salvador/BA. Dissertação de Mestrado Profissionalizante, Instituto de Saúde Coletiva - Universidade Federal da Bahia, UFBA, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Subjetividade do consumo de álcool e outras drogas e as políticas públicas brasileiras.** Brasília: CFP, 2010.

ESCOHOTADO, A. **Historia de las Drogas.** v. 1, 2, 3. Alianza Editorial, Madrid, 1998.

FONSECA, E. M. **Políticas de redução de danos ao uso de drogas:** o contexto internacional e uma análise preliminar dos programas brasileiros. 2005. 112p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

MACRAE, E. J. B. Antropologia: aspectos sociais, culturais e ritualísticos. In: SEIBEL, S. D.; TOSCANO JR. A. **Dependência de drogas.** São Paulo: Atheneu, 2001. p., 25-34.

_____. O controle social do uso de substâncias psicoativas. In: PASSETI, E.; SILVA, R. (Orgs.). **Conversações Abolicionistas:** uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva. São Paulo-SP: IBCCrim/PEPG-PUC, 1997. p. 107-116.

MACHADO, A. R. **Uso prejudicial e dependência de álcool e outras drogas na agenda da saúde pública:** um estudo sobre o processo de constituição da política de saúde do Brasil para usuários de álcool e outras drogas. Belo Horizonte/MG. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Medicina – Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 2006.

MACHADO, A. R.; MIRANDA, P. S. C. Fragmentos da história da atenção à saúde para usuários de álcool e outras drogas no Brasil:

da Justiça à Saúde Pública. **Hist. Ciênc. Saúde de Manguinhos**, v. 14, n. 3, p. 801-821, 2007.

MESQUITA, F.; RIBEIRO, M. M. As estratégias de redução de danos junto a usuários de drogas injetáveis (a troca de seringas): aspectos médicos legais. In: **Atualidades em DST/Aids: redução de danos**. São Paulo: Secretaria Estadual da Saúde, 1998. p. 61-75.

OLIVEIRA, E. M.; MELCOP, A. G. T. Álcool, drogas e acidentes de trânsito. In: SEIBEL, S. D.; TOSCANO JR., A. **Dependência de drogas**. São Paulo: Atheneu, 2001. p. 497-510.

OLIVEIRA, M. G. P. N. **Consultório de Rua: relato de uma experiência**. Salvador/BA. Dissertação de Mestrado. Instituto de Saúde Coletiva - Universidade Federal da Bahia, UFBA, 2009.

OLIVEIRA, J. F.; PAIVA, M. S.; VALENTE, C. L. M. Representações sociais de profissionais de saúde sobre o consumo de drogas: um olhar numa perspectiva de gênero. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 11, n. 2, pp. 473-481, 2006.

PEREIRA, M. O. **Análise da política do Ministério da Saúde do Brasil para atenção integral dos usuários de álcool e outras drogas**. São Paulo/SP. Tese de Doutorado, Escola de Enfermagem – Universidade de São Paulo, USP, 2009.

REALE, D. **O caminho da redução de danos associados ao uso de drogas: do estigma à solidariedade**. 1997. Dissertação (Mestrado em Medicina Preventiva) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

SANTOS, V. E.; SOARES, C. B.; CAMPOS, C. M. S. Redução de danos: análise das concepções que orientam as práticas no Brasil. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, 2010.

SOUZA, J.; KANTORSKI, L. P. Embasamento político das concepções e práticas referen-

tes às drogas no Brasil. **SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog**, v. 3, n. 2, p. 00-00, 2007.

VARGAS, E. V. Uso de drogas: a alteração como evento. **Rev. Antropol.**, São Paulo, v. 49, n. 2, dec. 2006.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World health statistics 2011**.

VALENÇA, T. **Consumir e ser consumido, eis a questão!** (parte II) outras configurações entre usuários de drogas numa cultura de consumo. Salvador/BA. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal da Bahia, UFBA, 2010.



License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Artigo **recebido** em 11 de outubro de 2015.

Avaliado em 08 de março de 2016.

Aceito em 08 de março de 2016.

Publicado em 14 de março de 2016.

Como citar este artigo (ABNT):

CERQUEIRA, Gustavo Luís Caribé. Produção científica brasileira sobre álcool e outras drogas: um estudo bibliométrico. **Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá, v. 5, n. 2, p. 83-94, jul./dez. 2015.